



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7185

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

Autoria: Guilherme Dias Ramos

Data: 24/10/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (RETIRADO). Dispõe sobre "Feiras Itinerantes Intermunicipais" e contém outras providências.

Controle Interno – Caixa: 27.5

Posição: 18

Número de folhas: 11

Espécie: PL
Categoria: Pendentes
Vl: 27.5
Ordem: 18
nº fls: 09



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI _____/2006

AUTOR:

Vereador – Guilherme Dias Ramos (Guila)

ASSUNTO:

Dispõe sobre Feiras Itinerantes Intermunicipais e Contém Outras
Providências .

MOVIMENTO

Entrada em – 24/10/2006

1 - Comissão de Legislação e Justiça

2 - RETIRADO DO TRAMITACÃO EM 21/11/2006

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



As Ocorridos
24/10/06
[Signature]

Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

PROJETO DE LEI N.º ____ / 2006

Dispõe sobre Feiras Itinerantes Intermunicipais e contém outras disposições.

O Povo do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A realização de Feiras Itinerantes Intermunicipais poderá ocorrer mediante prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida após requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei e demais normas aplicáveis à matéria.

✓ **Art. 2º.** Classificam-se como Feiras Itinerantes Intermunicipais as exposições temporárias, de caráter eventual, em período previamente determinado, originárias de outros municípios, destinadas à comercialização de produtos manufaturados, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo ou atacado, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais comerciantes em locais abertos ou fechados.



Guila



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

§ 1º. Consideram-se locais abertos os logradouros públicos ou áreas de terreno com a infra-estrutura para tal fim.

§ 2º. Consideram-se locais fechados os galpões, salões, armazéns e similares, devidamente estruturados para tal fim, cuja entrada do público possa ser controlada.

§ 3º. Considera-se "Stand" área mínima de 12m² (doze metros quadrados), comprovada mediante a apresentação de "lay-out" e planta do local onde será realizada a feira ou o evento.

Art. 3º. O requerimento da licença de funcionamento deverá ser protocolado com pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias anterior a data programada para o início do evento.

Art. 4º. Não será permitida a realização das Feiras Itinerantes Intermunicipais no período de 45 (quarenta e cinco) dias que antecede as seguintes datas comemorativas:

I – Dia das Mães;

II – Dia dos Namorados;

III – Dia dos Pais;

IV - Dia das Crianças;

V – Natal

Art. 5º. Fica proibida a instalação de Feiras Itinerantes Intermunicipais em prédios ou locais pertencentes ao Município, ou sob sua administração, inclusive as praças, ruas e calçados;

Art. 6º. Excetua-se das proibições contidas nos artigos 4º e 5º a realização de feiras municipais promovidas pelo Poder Público Municipal, entidades educacionais de ensino regular, clubes de serviços, entidade e associações de classe



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

representativas do comércio e da indústria de Montes Claros, com o objetivo de estimular o desenvolvimento local com a venda de bens, produtos e serviços.

Art. 7º. Para a realização de Feiras Itinerantes Intermunicipais em locais previstos no § 2º do art. 2º desta Lei deverão ser cumpridos, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

I – apresentação da planta do local onde se realizará a Feira Itinerante, com a exata disposição de seus espaços e ainda, acompanhada de Certificados de Vistoria prévia fornecidos pelo Corpo de Bombeiros e pelo Departamento de Vigilância Sanitária, no que tange, respectivamente, à segurança e higiene do recinto;

II – o local deverá ser devidamente ventilado, de fácil acesso e com saídas amplas em casos de emergências;

III – o local deverá possuir sistemas de segurança para garantia do bem estar, segurança e tranquilidade dos visitantes e expositores;

IV – a Feira Itinerante deverá colocar à disposição dos expositores locais interessados um espaço de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área do evento, nos mesmos preços e condições oferecidas aos expositores de fora.

§ 1º. Consideram-se expositores locais para os fins do inciso IV do art. 7º aqueles estabelecidos em Montes Claros por mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º. O espaço a que se refere o inciso IV do art. 7º deverá ser requisitado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do evento, após o qual cessará essa obrigação dos organizadores.

§ 3º. Quando da realização de feiras cujos expositores sejam locais, a mesma deverá ser coordenada por órgãos representativos do comércio e indústria do município de Montes Claros.

Art. 8º. As Feiras Itinerantes terão duração máxima de 10 (dez) dias, com horário de funcionamento das 12:00 horas (doze horas) às 22:00 horas (vinte e duas horas).



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

Art. 9º . A Feira Itinerante Intermunicipal somente poderá ser realizada por empresa promotora de eventos, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Art. 10º . Toda unidade comercial que pretenda se estabelecer para comercializar seus produtos na Feira Itinerante Intermunicipal, deverá obter a competente licença de funcionamento perante a Prefeitura Municipal de Montes Claros, independentemente daquela obtida pela empresa promotora da Feira Itinerante Intermunicipal, a qual será expedida de acordo com as disposições desta Lei, sendo vedada a licença à pessoa física.

Art. 11º . Para obter a licença de funcionamento e localização, toda unidade comercial além da empresa promotora, deverá encaminhar requerimento à Secretaria Municipal da Fazenda, instruído com os seguintes documentos e providências:

I – cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais;

II – cópia autenticada do estatuto social e da ata da assembléia geral que elegeu a diretoria nos casos de empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras cuja legislação exige aqueles documentos para constituição;

III – cartão de inscrição municipal na Secretaria da Fazenda do Município de Montes Claros e comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais;

IV – Certidão da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

V – Certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais da empresa e de seus representantes legais comprovando a regularidade fiscal;



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

VI – Comprovante de pagamento das respectivas taxas para concessão da licença requerida, que será de 200 UFM (duzentas Unidades Fiscais do Município) para a empresa promotora e de 20 UFM para cada empresa participante:

VII – Certidão negativa de denúncia no PROCON;

VIII – Relação nominal das empresas expositoras com capacidade técnica reconhecida pelo Corpo de Bombeiros de Montes Claros;

IX – Brigada de incêndio com capacidade técnica reconhecida pelo Corpo de Bombeiros Voluntários de Montes Claros;

X – Seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas;

XI – Sanitários fixos, sendo um masculino e um feminino, dentro do local destinado ao público consumidor para cada 100m² (cem metros quadrados) de área de imóvel ocupado pela feira, quando realizada em espaços privados;

XII – Comprovantes de compra, produção e origem dos bens, serviços e produtos a serem comercializados com notas fiscais visadas pela Administração Fazendária local;

XIII – “Lay-out” da feira comercial comprovando as exigências regulamentares referentes à construção, área mínima de cada “stand”, estacionamento.

Parágrafo Único. Deverão ser observadas as normas do Código Municipal de Saúde e demais Leis pertinentes quando da existência de produtos alimentares e derivados.

Art. 12 . Fica o Poder Executivo autorizado a criar Comissão Municipal de Feiras Itinerantes Intermunicipais, devendo ser constituída por 5 (cinco) membros de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal, obrigatoriamente composta por representantes dos seguintes órgãos:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

II – 1 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Montes Claros – CDL;

III – 1 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros – ACI;

IV – 1 (um) representante da Câmara Municipal de Montes Claros;

V – 1 (um) representante do PROCON.

§1º. As decisões tomadas pela Comissão Municipal de Feiras Itinerantes Intermunicipais deverão ser feitas mediante a aprovação da maioria absoluta de seus membros.

§2º. Somente será expedido alvará de funcionamento pelo Poder Público Municipal após:

a) emissão de parecer favorável da Comissão Municipal de Feiras Itinerantes Intermunicipais;

b) vistoria “in loco” das instalações pelos órgãos competentes, com relação as exigências estabelecidas nesta Lei devidamente aprovadas;

c) emissão de parecer favorável da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

Art. 13. Quando forem realizadas feiras em áreas privada, além das exigências elencadas no art. 11, as empresas promotoras deverão apresentar:

I – autorização do proprietário do imóvel particular para a realização da feira;

II – certidão atualizada com no máximo 15 (quinze) dias da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis para fins de comprovação de propriedade;



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

III – cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira, caso haja relação locatícia.

Art. 14 . O funcionamento de Feiras Itinerantes Intermunicipais que não tiveram cumprido as exigências, documentos, ou realizado em desacordo com esta Lei sujeitará o infrator a imediata interdição do local, apreensão dos bens e pagamento de multa no valor de 200 UFM, ficando impedido para a realização de novos eventos pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da constatação da infração.

Art. 15 . As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 16 . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 8.884, de 3 de setembro de 2003.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de Outubro de 2006


Guilherme Dias Ramos (Guila)
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
C. 1057/06
EM 24 DE OUTUBRO DE 2006
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em análise, versa sobre Feiras Itinerantes Intermunicipais.

As Feiras Itinerantes causam preocupação aos lojistas de todo o Brasil, não só pela concorrência desleal como também pela falta de proteção ao consumidor local. A norma vigente não satisfaz as exigências que devam ser atendidas com vistas a evitar prejuízos e outros danos de ordem material. Impor critérios para sua realização se faz necessário como medida preventiva de segurança aos nossos cidadãos.

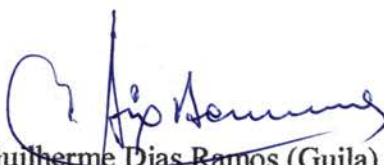
Objetivamos apresentar uma norma adequada ao interesse local. A nova regra vem expressar clarividente o caráter das Feiras Itinerantes qual seja: intermunicipais.

Por outro lado, a iniciativa busca também servir de incentivo aos lojistas de Montes Claros permitindo a participação destes durante a realização das feiras itinerantes.

A técnica legislativa utilizada está em consonância com a Lei Complementar nº95, de 2 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, alterada pela LC nº 107, de 26 de abril de 2001.

Mediante o exposto solicitamos aos nobres Membros do Poder Legislativo Municipal, que aprovem a matéria inclusa, por haver interesse público e social existente.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 19 de Outubro de 2006


Guilherme Dias Ramos (Guila)
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE "Dispõe sobre Feiras Itinerantes Intermunicipais e Contém Outras Prvodiências ", de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Nota-se, no projeto em comento, um vício intrínseco que o torna ilegal.

O projeto em comento revoga a Lei 8.884 de 03 de setembro de 2003.

Como não existe a Lei Municipal 8.884 há que se concluir que o referido projeto de Lei estaria revogando Lei Federal ou mesmo Estadual, o que não seria possível dentro da ordem legal vigente.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 08 de novembro de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605